



TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS E DA
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 6

Pará

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

Tendências Demográficas

**Uma análise dos Censos Demográficos
e da Contagem da População 1996**

volume 6

Pará

Rio de Janeiro
1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

ISBN 85-240-0690-0 volume 6 Pará

© IBGE, 1999

Projeto Editorial

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

Estruturação

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Elizabeth Santos da Fontoura
Neuza Maria de O. G. Damásio
Sonia Gonçalves da Rocha

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Iracely Prazeres Gomes
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Monsores
Maria da Graça Fernandes de Lima

Normalização das Fontes Bibliográficas

Divisão de Documentação - DIDOC/CDDI
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1999.

Capa

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.
- Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE, CDDI, Div. de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 312(81)
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Equipe Técnica

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD -, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

Divisão de Estudos e Análises Demográficas

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)
Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,
Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,
Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

Apoio Computacional

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,
Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

Apoio Administrativo

Elizabeth Costa Bezerra

Agradecimentos

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM,
Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas
tabulações)
Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

Apresentação

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, fevereiro de 1999

Maria Martha Malard Mayer
Diretora de Pesquisas

Sumário

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado	9
Estrutura por sexo e idade	15
Nupcialidade	21
Migrações internas	25

Características sociais e econômicas

Raça ou cor	27
Religião	31
Deficiência física ou mental	33
Nível de escolaridade	35
Família	37
Domicílio	40
Características econômicas	43

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado

O Estado do Pará atingiu em 1^o de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 5 510 849 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 2,21% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 560 789 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 11,33% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 352 mil habitantes, ou seja, 13,58% em relação à população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Tabela 1
População nas datas dos censamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996

Data dos censamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
Total		
1º de setembro de 1960	1 529 293	3,55
1º de setembro de 1970	2 167 018	4,62
1º de setembro de 1980	3 403 391	3,46
1º de setembro de 1991	4 950 060	2,21
1º de agosto de 1996	5 510 849	
Urbana		
1º de setembro de 1960	614 973	5,21
1º de setembro de 1970	1 021 966	5,02
1º de setembro de 1980	1 667 356	4,11
1º de setembro de 1991	2 596 388	2,62
1º de agosto de 1996	2 949 017	
Rural		
1º de setembro de 1960	914 320	2,28
1º de setembro de 1970	1 145 052	4,25
1º de setembro de 1980	1 736 035	2,81
1º de setembro de 1991	2 353 672	1,74
1º de agosto de 1996	2 561 832	

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 2
Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
Total	1 546 669	560 789	45,44	11,33
Homens	778 055	289 523	45,12	11,57
Mulheres	768 614	271 266	45,78	11,08
Urbana	929 032	352 629	55,72	13,58
Homens	455 909	176 430	56,37	13,95
Mulheres	473 123	176 199	55,10	13,23
Rural	617 637	208 160	35,58	8,84
Homens	322 146	113 093	35,18	9,14
Mulheres	295 491	95 067	36,02	8,52

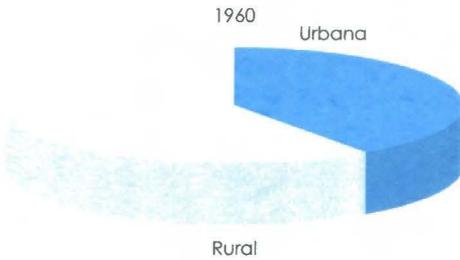
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 3
Grau de urbanização - 1960/1996

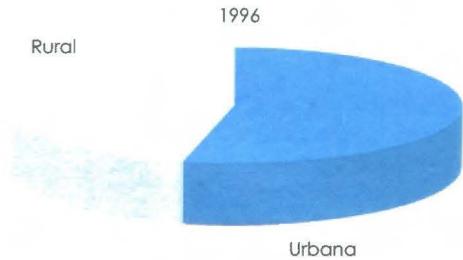
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
		40,21	47,16	48,99	52,45

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Grau de urbanização - 1960/1996



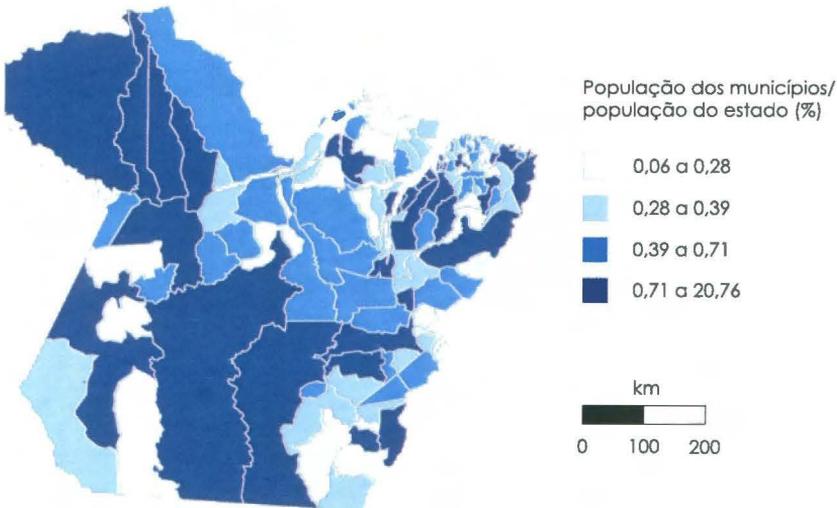
Fonte: Censo demográfico 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Estado do Pará ocupa a nona posição no *ranking* nacional, concentrando 3,51% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a primeira posição, mantendo praticamente a mesma participação (48,82%) que a do Censo Demográfico 1991 (49,35%).

Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

A Região Metropolitana de Belém registrou um ritmo de crescimento de 2,23%, praticamente a mesma do interior¹ do estado, da ordem de 2,20%. A Região Metropolitana de Belém reunia, em 1996, um conjunto de 1 485 569 habitantes, que correspondia a 26,96% da população total do estado. No período de 1991-1996, a periferia metropolitana contribuiu com um crescimento absoluto de 89 109 pessoas, representando um crescimento relativo de 35,34%, bem superior ao núcleo metropolitano.

A densidade demográfica cresceu 11,39%, passando de 3,95 hab./km² em 1991, para 4,40 hab./km² em 1996.

Tabela 4
População residente, crescimento relativo, participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996

Estado, Região Metropolitana e interior	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
Estado	4 950 060	5 510 849	11,33	100,00	100,00	2,21
Região metropolitana	1 332 840	1 485 569	11,46	26,93	26,96	2,23
Núcleo	1 080 692	1 144 312	5,89	21,83	20,76	1,17
Periferia	252 148	341 257	35,34	5,09	6,19	6,35
Interior	3 617 220	4 025 280	11,28	73,07	73,04	2,20

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

O conjunto dos dez municípios mais populosos do Pará, em 1996, reunia 2,49 milhões de pessoas que correspondiam a 45,21% da população estadual. A capital concentrava 20,76% do efetivo populacional do estado, ou seja, 1 144 312 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 78 mil e 341 mil habitantes o equivalente a 24,45%.

¹ Considera-se "Interior" o espaço territorial do estado, exceto o da região metropolitana.

Tabela 5
Municípios mais populosos e municípios com maiores
taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Belém	1 144 312	Água Azul do Norte	25,61
Ananindeua	341 257	Novo Progresso	23,10
Santarém	263 468	Nova Esperança do Pirá	19,27
Marabá	150 095	Faro	14,39
Castanhal	117 380	Jacareacanga	13,97
Abaetetuba	106 738	Goianésia do Pará	13,84
Bragança	102 641	Tailândia	11,09
Itaituba	97 630	São Félix do Xingu	10,67
Cametá	89 400	Porto de Moz	10,20
Altamira	78 782	Parauapebas	10,13

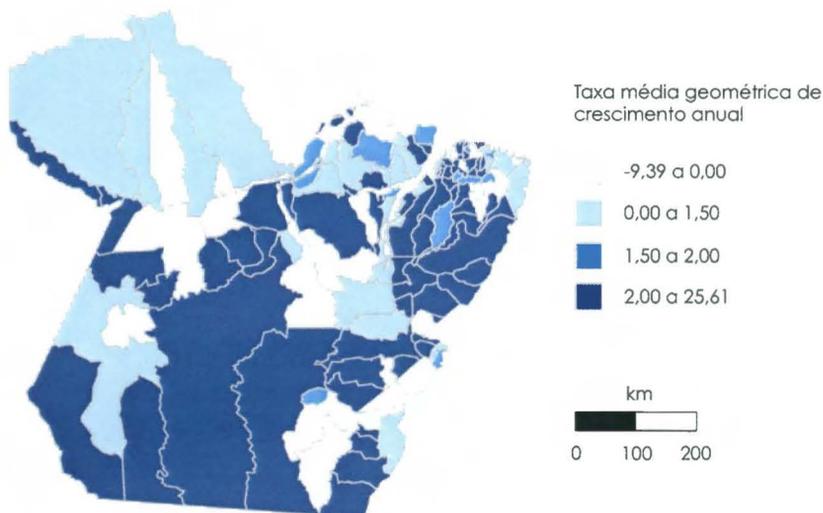
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento do estado, nos últimos cinco anos, percebe-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Água Azul do Norte (25,61%) e o menor foi no Município de Parauapebas, com 10,13%. A menor taxa de crescimento do estado (-9,39%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Cumaru do Norte.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano no período de 1991-1996 atingiu 40,63% do total do estado, sendo que o destaque ficou para os municípios considerados de médio porte (10 000 a 50 000 habitantes), que dentre os que cresceram a este ritmo, foi 71,15% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham menos de 10 000 habitantes (13,46%), mais de 50 000 a 100 000 habitantes (9,62%) e mais de 100 000 a 500 000 habitantes (5,77%).

O Estado do Pará foi contemplado com 23 novos municípios, nestes últimos cinco anos, contabilizando um total de 128 municípios, em 1996.

Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Estrutura por sexo e idade

No Estado do Pará, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 73 041 homens, em relação ao número total de mulheres, o que resultou em uma razão de sexo de 102,69%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 96 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 112 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

Tabela 6
Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	101,34	91,25	108,74
1970	100,73	90,86	110,45
1980	102,70	94,19	111,61
1991	102,24	94,96	110,92
1996	102,69	95,56	111,56

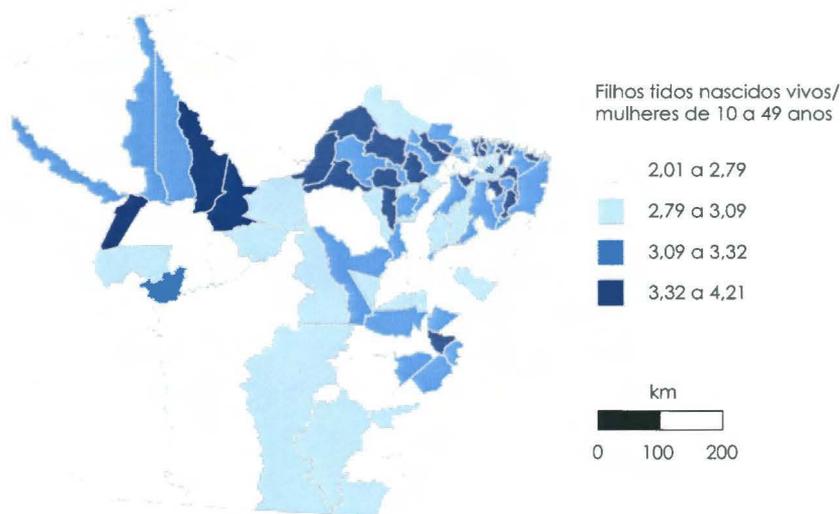
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80, a estrutura etária da população brasileira, dada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando².

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado do Pará apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

² As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores à mesma data (fecundidade recente).

Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991

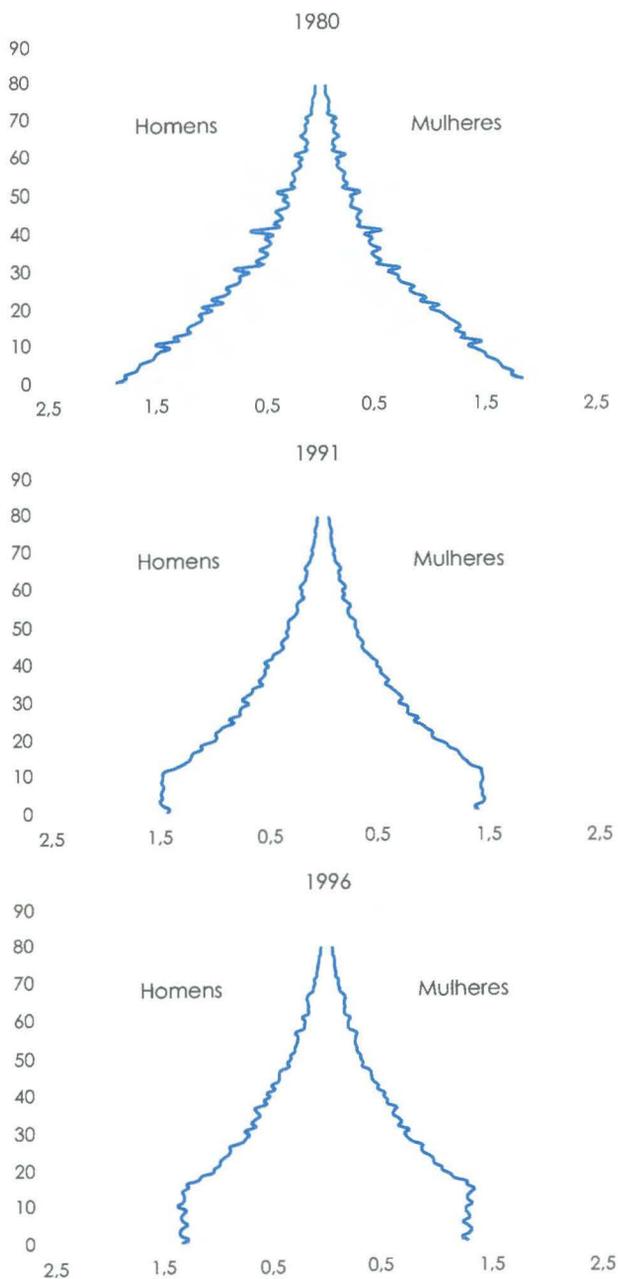


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]; situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e ocorreram, em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população, segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos de 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 7
Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	45,36	46,06	45,46	42,52	39,16
15 a 64 anos	52,22	51,36	51,43	54,26	57,30
65 anos ou mais	2,42	2,58	3,11	3,21	3,54

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Assim, a Contagem da População 1996 mostrou, para o total do estado, uma relação de 74 jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às áreas urbana e rural, em 1996, são significativas. Enquanto o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) sobre a população com idades entre 15 e 64 anos, residentes no contexto urbano do estado, correspondia a 68,99%, nas áreas rurais este indicador alcançou 81,38%.

A parcela de jovens (39,16%) ainda influencia no cálculo convencional da razão de dependência e já a contribuição dos idosos (3,54%) é pequena.

Em 1991, a idade de 17,2 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996, a idade mediana chegou a 18,5 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada ficou em 18,5 anos tanto para os homens como para as mulheres.

Tabela 8
Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	91,51	86,35	95,15
1970	94,70	91,11	98,03
1980	94,42	85,99	103,27
1991	84,28	77,20	92,79
1996	74,53	68,99	81,38

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 9
Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	15,9	16,1	15,8
1991	17,2	17,2	17,1
1996	18,5	18,5	18,5

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

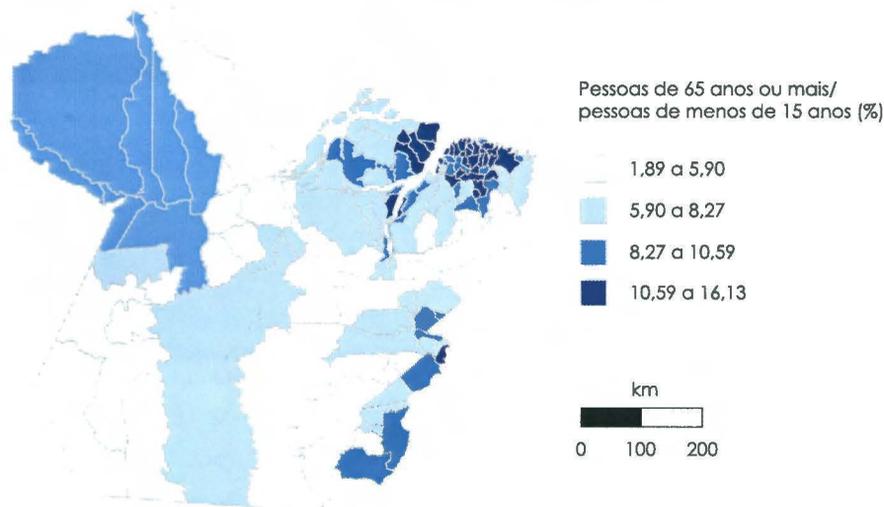
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais), em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 5 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 9 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nupcialidade

A composição por estado conjugal da população de 15 anos ou mais do Estado do Pará caracteriza-se pela proporção de 57,29% de pessoas casadas e de um pouco mais de um terço de solteiras, que ao longo dos censos vem apresentando declínio na sua participação. O período de 1980-1991 apontou aumento na participação de separados, desquitados e divorciados.

Tabela 10
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo,
segundo o estado conjugal - 1980/1991

Estado conjugal	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Solteiros	35,87	34,78	39,65	39,02	31,98	30,43
Casados	57,60	57,29	56,89	56,70	58,33	57,89
Separados	1,95	3,68	1,30	2,37	2,61	5,02
Desquitados	0,15	0,30	0,12	0,19	0,18	0,42
Divorciados	0,02	0,16	0,01	0,09	0,04	0,23
Viúvos	4,41	3,80	2,03	1,63	6,87	6,01

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tais transformações ocorreram na área urbana, entretanto no contexto rural do estado, a proporção de solteiros teve um leve acréscimo e a de casados um decréscimo. Nas áreas urbanas encontraram-se proporções mais elevadas de pessoas solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvas, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam os casados.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado do Pará, prevaleciam as uniões realizadas no *civil e religioso*, seguidas das *uniões somente no civil*, enquanto as *uniões consensuais* já assinalavam crescimento. Em 1991, a tendência persistiu quanto às uniões realizadas no *civil e religioso*, e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 60,56%.

Tabela 11
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas,
por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991

Tipo de união	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Civil e religiosa	43,73	35,64	49,38	39,03	38,71	31,96
Somente civil	23,26	22,38	23,76	23,22	22,81	21,47
Somente religiosa	13,18	10,14	7,74	7,21	18,02	13,31
União consensual	19,83	31,84	19,13	30,54	20,45	33,26

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

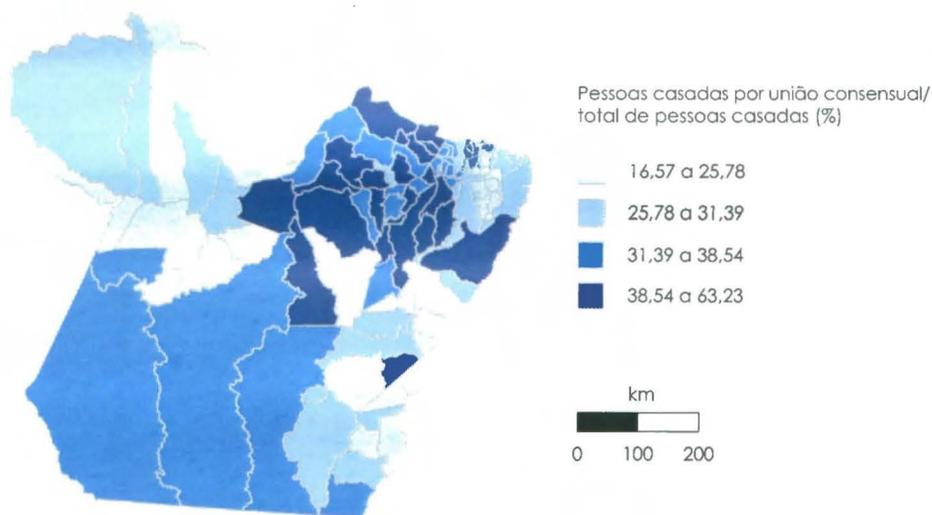
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo tanto na área urbana quanto na área rural, em relação ao censo passado.

A distribuição das proporções de solteiros em uma população fornecem importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 manteve-se praticamente no mesmo patamar daquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas, por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média obtida de forma direta, para o total foi de 22,68 anos, para os homens 24,74 anos e para as mulheres 20,66 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com quatro anos a mais que as mulheres.

No último censo, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com o cônjuge atual ou mês e ano em que passou a viver a situação indicada.*

No tocante ao número de uniões conjugais, 96,39% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica urbana.

Migrações internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais, que se processou na década de 80, prosseguiu no primeiro quinquênio da década de 90. No Estado do Pará, vê-se o crescimento na proporção de não-naturais do município no período de 1980 a 1991, tanto na situação do domicílio urbana quanto na rural. A área urbana do estado detinha a maior proporção de migrantes, em 1991, fato também observado em 1980. Os homens eram maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (50,88%). No meio urbano a proporção de mulheres supera a de homens, enquanto que o rural dita o padrão estadual.

Tabela 12
Proporção de pessoas não-naturais do município,
segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
Total	29,61	32,73
Urbana	30,87	35,73
Rural	28,41	29,41

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos da Região Nordeste, especificamente do Estado do Maranhão. Nesse conjunto os homens imigrantes predominam no fluxo dos maranhenses.

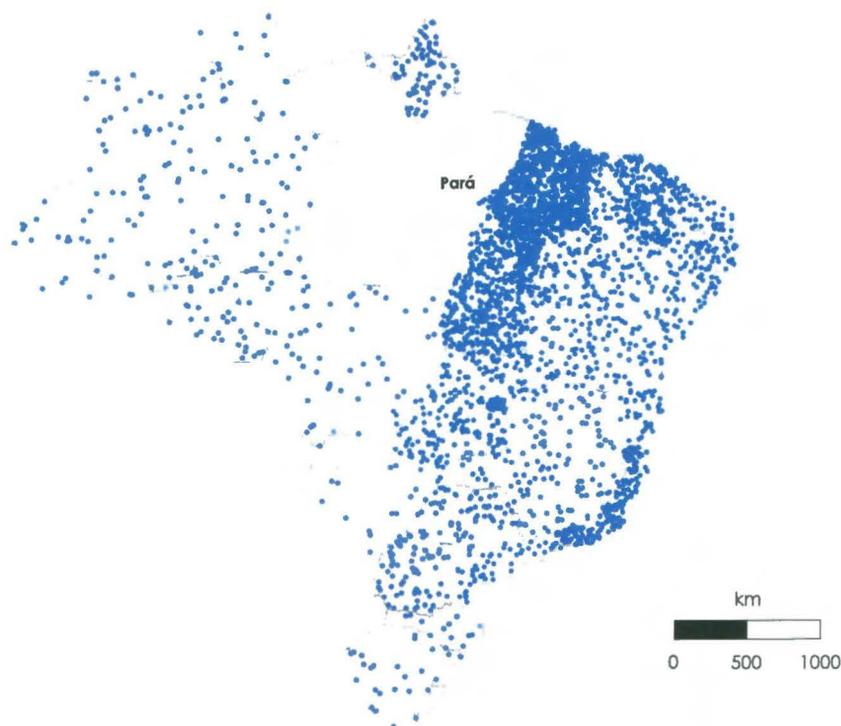
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam, em 1991, um conjunto de 43,69%, em relação ao total de migrantes do estado.

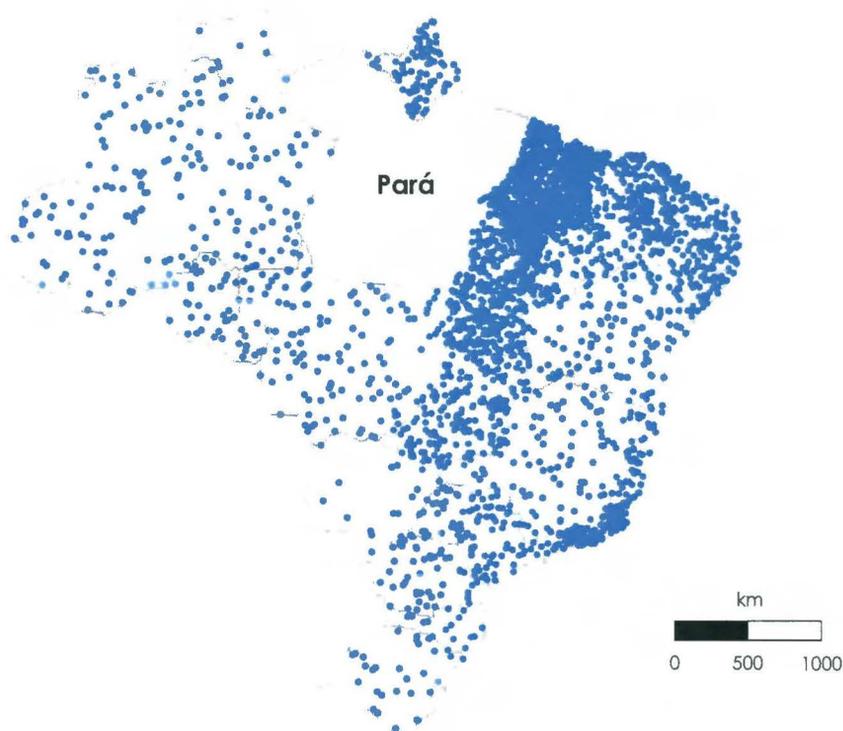
Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram há menos de dez anos correspondiam em 1991 a 60,24%.

Os mapas, a seguir, mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

Pessoas residentes no Pará há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991



Pessoas residentes no Pará há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Características sociais e econômicas

Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto à sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado do Pará classificaram-se, em sua maioria, segundo o último levantamento censitário, como sendo de cor parda (75,08%). Este contingente, em 1980, representava 78,09%. O percentual das pessoas que se declaravam como sendo de cor branca passou de 18,75%, em 1980, para 21,22%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta aumentou em 10,96%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,33% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora de aldeamento. Esta distinção se percebe quando é analisado o diferencial, segundo a situação do domicílio, pois, do total dos índios residindo no estado, 86,19% habitavam a área rural.

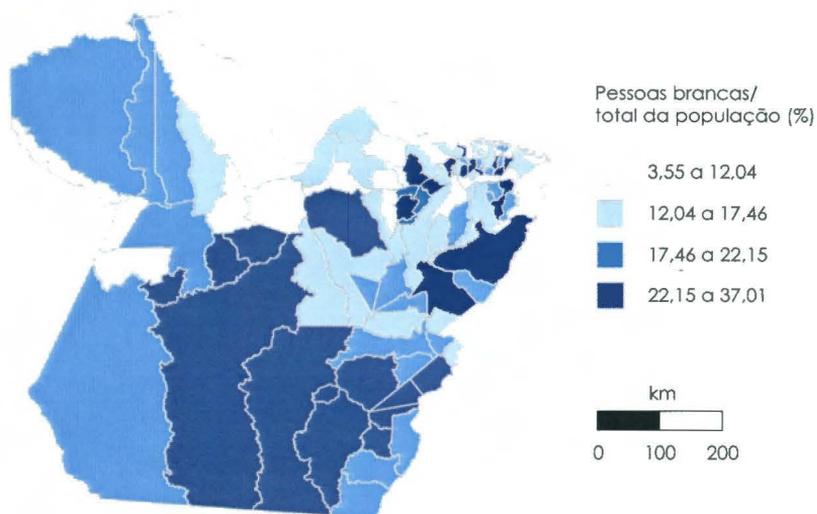
Tabela 13
Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991

Raça ou cor	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Branca	18,75	21,22	22,67	24,40	14,98	17,69
Preta	2,92	3,24	2,73	2,80	3,10	3,74
Amarela	0,24	0,13	0,16	0,13	0,32	0,13
Parda	78,09	75,08	74,45	72,59	81,59	77,85
Indígena	-	0,33	-	0,09	-	0,59

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

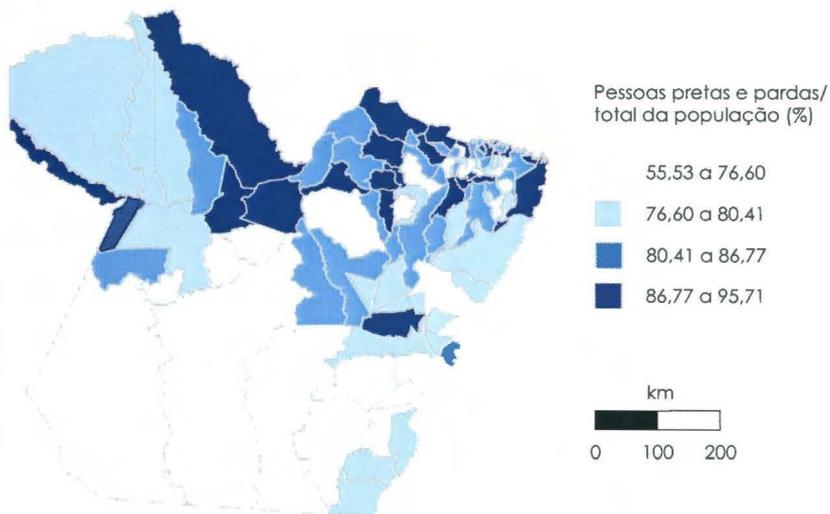
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Proporção da população branca - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Proporção da população negra - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-la no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda mais de 75,00% não ultrapassaram a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades agropecuária, extração vegetal e pesca com proporção acima de 35,00%, e as de cor branca representam 24,97% nesta atividade.

Tabela 14
Proporção da população residente, por raça ou cor,
segundo as classes de anos de estudo - 1991

Classes de anos de estudo	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Sem instrução e menos			
de 1 ano	26,26	43,95	36,03
1 a 3 anos	25,17	27,47	28,71
4 anos	13,12	10,47	11,81
5 a 7 anos	12,15	8,54	10,56
8 anos	5,95	3,35	4,22
9 a 11 anos	12,89	5,09	7,25
12 anos ou mais	4,37	1,01	1,32
Não determinados	0,09	0,12	0,09

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tabela 15
Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991

Setor econômico de atividade	raça ou cor (%)		
	Brança	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	24,97	41,39	36,56
Indústria de transformação	8,83	8,17	9,07
Indústria da construção civil	3,57	5,53	5,12
Outras atividades industriais	3,93	7,61	4,65
Comércio de mercadorias	17,24	8,95	11,83
Transporte e comunicação	4,63	2,87	3,59
Prestação de serviços (1)	17,35	16,82	16,27
Social	11,10	4,80	7,44
Administração pública	5,99	2,89	4,23
Outras atividades	2,38	0,97	1,24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

Religião

No Estado do Pará, predomina largamente o catolicismo

EVOLVIDO NA ÚLTIMA
CADA

—
—
—
—
—
—
—

—
—
—
—
—
—
—